



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**

**PROCESSO N.º 6.796-2005.**

**JURISDICIONADO(A):** Administração Regional de Brasília – RA I.

**ASSUNTO:** Solicitação de informações.

**EMENTA:** Exame da regularidade de próprios distritais no Parque da Cidade. Descumprimento reiterado de determinações do TCDF. Aplicação de multa. Recurso. Provimento. Apresentação das razões de justificativa e resposta às diligências. Análise. Por diligência. Parecer parcialmente convergente, com acréscimos.

**PARECER N.º 1043/2017–CF**

Cuidam os autos sobre exame da regularidade da cessão de próprios a particulares para desenvolvimento de atividades comerciais no Parque Dona Sarah Kubitscheck – PDSK.

2. Na última sentada, a Corte de Contas decidiu por (fl. 722), *in verbis*:

***Decisão nº 1136/2016:***

*Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento do Ofício nº 223/15 – ASTEC/RA I (fl. 670) e dos documentos correlatos (fls. 671/696); II – ter por não cumprida a Decisão nº 495/15; III – determinar à Administração Regional do Plano Piloto que, no prazo de 30 (trinta) dias: a) adote as medidas necessárias com vistas à regularização dos espaços públicos distritais elencados na Tabela constante do parágrafo 53 da Informação nº 172/2014 - 3ª DIACOMP; b) dê fiel cumprimento a determinação contida no inciso III da Decisão nº 495/15, no sentido de que sejam apresentados circunstanciados esclarecimentos acerca dos fatos noticiados no Ofício nº 058/14- CF; IV – autorizar a audiência do responsável nominado no parágrafo 6º da Informação nº 125/2015 - 3ª DIACOMP (fls. 697/706) para apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias, razões de justificativa, em virtude do descumprimento reiterado de deliberação da Corte, ante a possibilidade de ser-lhe aplicada a penalidade prevista no § 1º do art. 57 da Lei Complementar nº 01/94; V – levantar o sobrestamento determinado no inciso II da Decisão nº 2.926/13 e no inciso V da Decisão nº 495/15; VI – considerar improcedentes as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. José Messias de Souza e aplicar-lhe, com base no § 1º do art. 57 da Lei Complementar nº 01/94, a multa de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), em virtude do descumprimento reiterado de deliberações do Tribunal (Decisões nºs 2.623/09 e 3.229/12); VII – aprovar, expedir e mandar publicar o acórdão apresentado pelo Relator; VIII – autorizar: a) o envio de cópia da Informação nº 172/2014 - 3ª DIACOMP e do Ofício nº 058/14-CF e anexos (fls. 565/571) à Administração Regional do Plano Piloto, a fim de subsidiar o cumprimento do inciso II, alíneas “a” e “b”; b) o retorno dos*



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**

*autos à Secretaria de Acompanhamento, para adoção das providências cabíveis.*

3. Em relação ao item VI do decisum, cabe atualizar que o senhor José Messias de Souza interpôs Pedido de Reexame às fls. 734/744, sendo considerado procedente na Decisão nº 3073/2017, fl. 847, via de consequência, resta sem efeito o item VII.

4. Nesta assentada resta a análise dos itens III e IV da Decisão nº 1136/2016.

***Decisão nº 1.136/2016:***

***III – determinar à Administração Regional do Plano Piloto que, no prazo de 30 (trinta) dias:***

***a) adote as medidas necessárias com vistas à regularização dos espaços públicos distritais elencados na Tabela constante do parágrafo 53 da Informação nº 172/2014 - 3ª DIACOMP<sup>1</sup>;***

5. A Administração Regional verteu aos autos os esclarecimentos por meio do Ofício nº 835/2016 e anexos, fls. 757/812, e informou ter localizado no sistema SICAC 10 (dez) processos que tratam sobre a emissão de licença de funcionamento dos estabelecimentos constantes do Ofício nº 054/14-CF.

6. Indica, todavia, que só foi localizado um processo físico, referente à Senhora Maria de Fátima Bandeira Bezerra (Gibão do Parque, Processo nº 0141-004799/2013). Diante disso, adotou medidas junto aos setores competentes para localização dos processos faltantes.

7. Quanto ao processo localizado (Processo nº 0141-004799/2013), trata-se de autorização de desenvolvimento de atividade econômica de restaurante no SRPS – Setor de Recreação Pública Sul, estacionamento 07, mediante Termo de Permissão de Uso Não-Qualificado nº 001/2013 <sup>2</sup> (fls. 770/773) emitido, exclusivamente, pela Coordenação das Cidades da Casa Civil da Governadoria do Distrito Federal<sup>3</sup>. Cabendo à RA, unicamente, solicitar a documentação requerida e verificar a conformidade com a lei.

<sup>1</sup> A letra “a” ratificou a determinação contida no item IV da Decisão nº 495:

“IV – determinar à Administração de Brasília – RA I que, no prazo de 30 (trinta) dias, adote as medidas necessárias com vistas à regularização dos espaços públicos distritais elencados na Tabela constante do parágrafo 53 da Instrução;”

<sup>2</sup> Emitida no âmbito do Processo nº 362-005034/2013 (não juntado nos autos em análise).

<sup>3</sup> Atualmente atribuição da Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**

8. Salienta a Jurisdicionada que a licenciada apresentou toda documentação exigida (na cópia integral dos autos juntada em anexo), inclusive laudo de vistoria da Vigilância Sanitária atestando que, à época, possuía condições sanitárias necessárias para o funcionamento.

9. Na cópia do processo anexado aos autos constam os seguintes documentos, além do citado Termo de Permissão de Uso Não-Qualificado: Parecer da Diretoria de Vigilância Sanitária atestando que as condições sanitárias e de funcionamento do estabelecimento estão de acordo com as normas em vigor, fls. 780/781; e Licença de Funcionamento, com prazo indeterminado, fls. 785.

10. A jurisdicionada anotou, ainda, que não constava do processo juntado aos autos a comprovação do regular pagamento de taxas de ocupação de uso, consoante estabelecido na cláusula quarta do aludido Termo de Permissão.

11. Por meio da Informação nº 161/2017 - 3ª Diacomp, a Instrução consignou a seguinte análise:

*25. No que concerne à Maria de Fátima Bandeira Bezerra (Gibão do Parque), entende-se que a Jurisdicionada prestou as informações indicadas na tabela mencionada na Decisão nº 1136/16, podendo-se considerar cumprida a diligência, quanto a essa permissionária. É verdade que faltou, na documentação ora examinada, a comprovação do regular pagamento de taxas de ocupação de uso, consoante estabelecido na cláusula quarta do aludido Termo de Permissão. Porém, já havia sido consignado no Feito que a permissionária encontra-se adimplente, no parágrafo 16 da Informação nº 172/2014, fl. 640.*

*26. Ao compulsar a documentação enviada, observa-se que constam Licenças de Funcionamento, com prazo indeterminado, dos seguintes permissionários, fls. 792/794: Alpinus Restaurante Ltda., José Gonçalves dos Santos e Marcelo Marcio Gomes de Souza (Nicolândia).*

*27. Há somente Alvarás de Locação e funcionamento de Transição dos seguintes, fl. 787 e 795/796: Edvaldo Pereira da Silva (Lanchonete Barulho) e Maci Comida Árabe e Lanches Ltda.*

*28. No tocante à Almir Antônio Lustosa Vieira (Centro Hípico), Maria Augusta Carneiro Irala (Ponto do Atleta), Marco Antônio Fernandes Ferreira (Carrei-ra – Kart) e Café Creme, não foram encaminhadas quaisquer informações.*

*29. Haja vista as informações relativas à dificuldade na localização dos processos físicos, há evidências de fragilidade nos controles das emissões das licenças. A propósito, por ocasião da auditoria nas Administrações Regionais e outras jurisdicionadas, também foi detectada a ausência de controle dos termos de permissões e licenças emitidas por parte da Coordenadoria das Cidades e das Administrações regionais, conforme apontado na Informação nº 37/2013-SEAUD/DIAUD3, de 11/11/2013, Processo nº 944/12.*



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**

30. Logo, não houve, à exceção da permissionária Maria de Fátima Bandeira Bezerra (Gibão do Parque), a devida comprovação da regularização dos espaços públicos na forma estabelecida no Quadro constante do parágrafo 53 da Informação nº 172/2014 - 3ª DIACOMP, devendo ser considerada parcialmente cumprida a mencionada diligência. Pendem de regularização, ainda, as permissões indicadas na tabela abaixo:

| Permissionário                                      | Providências   |
|---|--|
| Edvaldo Pereira da Silva (Bar Barulho)              | adotar medidas administrativas e ou judiciais com vistas à recomposição do erário e, ainda, a imediata retomada e desocupação do espaço            |
| Almir Antônio Lustosa Vieira (Centro Hípico).       | informar ao TCDF sobre o licenciamento sanitário e demais necessários ao funcionamento.  |
| Maria Augusta Carneiro Irala (Ponto do Atleta)      | informar ao TCDF sobre o licenciamento sanitário e demais necessários ao funcionamento.  |
| Dermival Almeida Fialho (Alpinus Restaurante Ltda.) | informar sobre o licenciamento sanitário e demais necessários ao funcionamento.  |
| José Gonçalves dos Santos (Pirraça)                 | adotar medidas administrativas e ou judiciais com vistas à recomposição do erário e, ainda, a imediata retomada e desocupação do espaço.           |
| Marco Antônio Fernandes Ferreira (Carreira – Kart)  | informar sobre o licenciamento sanitário e demais necessários ao funcionamento.  |
| Marcelo Márcio Gomes de Sousa (Nicolândia)          | informar sobre os critérios objetivos e a conveniência da Permissão e, ainda, sobre licenças sanitárias e demais necessárias para o funcionamento. |
| Maci Comida Árabe (Pesque Parque)                   | adotar medidas administrativas e ou judiciais com vistas à recomposição do erário e, ainda, a imediata retomada e desocupação do espaço.           |

31. Vale lembrar que a alta rotatividade do titular da Administração Regional de Brasília mencionada no parágrafo 18 pode ter refletido na atuação com vistas à aludida regularização.

32. O pedido de prorrogação de prazo mencionado no parágrafo 20 não chegou a ser apreciado pelo Tribunal. Então, aplica-se a regra descrita no art. 172, § 3º do RI-TCDF: “§ 3º À falta de decisão tempestiva acerca dos pedidos que observem os requisitos dispostos no § 1º, o prazo será considerado automaticamente prorrogado, na forma solicitada pelo requerente por período igual ao anteriormente assinado, ou pelo período peticionado, caso o prazo de dilação seja inferior àquele anteriormente fixado pelo Tribunal”. O prazo anteriormente fixado pelo Tribunal, de 30 (trinta) dias, findou-se em 18/05/2016 (fls. 722 e 724). O pedido de prorrogação foi intempestivamente protocolado em 21/07/2016 (fl. 757). Portanto, o prazo para cumprimento da diligência objeto da Decisão nº 1136/2016 terminou em 22/08/2016.

33. Em virtude disso, entende-se que o Tribunal deve reiterar o comando do item III, alínea “a”, da Decisão nº 1.136/2016, alertando-a para a possibilidade de aplicação de sanção.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**

12. Diante da documentação juntada aos autos pela jurisdicionada, não resta dúvida sobre o **descumprimento recorrente** da determinação do Tribunal para que a RA I adotasse ***“as medidas necessárias com vistas à regularização dos espaços públicos distritais”*** indicados nos autos.

13. Como se nota, não foram localizados os processos físicos da maioria das cessões de próprios a particulares para desenvolvimento de atividades comerciais no Parque Dona Sarah Kubitschek – PDSK indicados nos autos [de 10 (dez) processos que tratam sobre a emissão de licença de funcionamento dos estabelecimentos, apenas 1 (um) foi localizado].

14. Não é demais repisar que a determinação em comento figura nas decisões desta Corte desde 2013:

**DECISÃO Nº 2926/2013**

[...]

*IV. determinar à Administração Regional I - Brasília que, no prazo de 60 (sessenta) dias, tendo presente os princípios que regem a Administração Pública, com destaque para o da legalidade, bem como para as prescrições da Lei nº 4.954, de 29.10.2012:*

- a) adote providências para regularizar a situação dos permissionários inadimplentes de espaços do Parque Dona Sarah Kubitschek – PDSK;*
- b) remeta à Corte, no mesmo prazo, informações acerca das medidas adotadas visando à regularização da área e à arrecadação dos valores devidos; [...]*

**DECISÃO Nº 1203/2014**

[...]

*III. determinar a audiência do Sr. Administrador Regional de Brasília - RA I para que, no prazo de 30 (trinta) dias, esclareça acerca daqueles que ocupam espaço público no PDSK:*

- a) quais são os ocupantes de espaço público que lá estão instalados antes de 20.6.93 (art. 29, parágrafo 2º da Lei nº 4.954/12), trazendo aos autos termos de permissão de uso, autorização ou concessão, e informando se foram submetidos a procedimentos de licitação pública, bem assim se estão em dia com o pagamento das taxas de ocupação de uso, além do cumprimento das licenças devidas, inclusive sanitárias;*
- b) quais são os ocupantes desses espaços que ali estão a partir de 20.6.93 e até 29.10.12 (data de publicação da Lei nº 4.954/12), consoante art. 29, caput da Lei nº 4.954/12 (comprovando-se o cumprimento dos incisos I a III), trazendo aos autos termos de permissão de uso, autorização ou concessão, e informando se foram submetidos a procedimentos de licitação pública, bem assim se estão em dia com o pagamento das taxas de ocupação de uso, além do cumprimento das licenças devidas, inclusive sanitárias;*
- c) se há ocupantes que não se encontram na situação do art. 29, caput e parágrafo 2º, trazendo aos autos termos de permissão de uso, autorização ou concessão, e informando se foram submetidos a procedimentos de licitação pública (Constituição Federal de 1988), bem assim se estão em dia com o pagamento das taxas de ocupação de uso, além do cumprimento das licenças devidas, inclusive sanitárias; [...]*

**DECISÃO Nº 2145/2014**

*I. tomar conhecimento:*

- a) do Ofício nº 058/14-CF (fl. 565) e anexos de fls. 566/571;*



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**

b) da solicitação de prorrogação de prazo acostada às fls. 572/574;

c) da documentação acostada às fls. 577/605;

II – conceder ao Sr. Administrador Regional de Brasília – RA I a prorrogação de prazo requerida, de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar do conhecimento desta deliberação, para que apresente as justificativas requeridas pela Decisão nº 1.203/2014;

III – determinar ao Sr. Administrador Regional de Brasília – RA I que, no prazo de 30 (trinta) dias, esclareça ao Tribunal os fatos constantes do Ofício nº 58/2014-CF e anexos (fls. 565/571); [...]

**DECISÃO Nº 495/2015**

I – conhecer:

a) do Ofício nº 609/2014 – GAB/RA-I (fl. 612), dos documentos que o acompanham (fls. 613/623) e os que constituem o anexo IV ao processo em exame;

b) do Ofício nº 705/2014 – GAB/RA I (fl. 626) e documentos que o acompanham (fls. 627/631);

II – considerar:

a) parcialmente cumpridas as determinações contidas no inciso III da Decisão nº 1.203/14;

b) não cumprida a determinação constante do inciso III da Decisão nº 2145/14;

III – determinar à Administração Regional de Brasília – RA I que, no prazo de 30 (trinta) dias, dê fiel cumprimento ao inciso III da Decisão nº 2.145/14, especificamente para os quiosques, trailers, tendas de massagem e similares, com alerta ao responsável de que o descumprimento de deliberação da Corte poderá ensejar a aplicação da penalidade prevista no art. 57, § 1º, da Lei Complementar nº 1/94,

IV – determinar à Administração de Brasília – RA I que, no prazo de 30 (trinta) dias, adote as medidas necessárias com vistas à regularização dos espaços públicos distritais elencados na Tabela constante do parágrafo 53 da Instrução;

V – sobrestar o exame do mérito das razões de justificativa do Sr. Administrador Regional de Brasília até o cumprimento das determinações constantes dos incisos II e III acima; [...]

**DECISÃO Nº 1136/2016**

[...]

II – ter por não cumprida a Decisão nº 495/15;

III – determinar à Administração Regional do Plano Piloto que, no prazo de 30 (trinta) dias:

a) adote as medidas necessárias com vistas à regularização dos espaços públicos distritais elencados na Tabela constante do parágrafo 53 da Informação nº 172/2014 - 3ª DIACOMP;

b) dê fiel cumprimento a determinação contida no inciso III da Decisão nº 495/15, no sentido de que sejam apresentados circunstanciados esclarecimentos acerca dos fatos noticiados no Ofício nº 058/14-CF; [...]

V – levantar o sobrestamento determinado no inciso II da Decisão nº 2.926/13 e no inciso V da Decisão nº 495/15;

VI – considerar improcedentes as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. José Messias de Souza e aplicar-lhe, com base no § 1º do art. 57 da Lei Complementar nº 01/94, a multa de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), em virtude do descumprimento reiterado de deliberações do Tribunal (Decisões nºs 2.623/09 e 3.229/12);

VII – aprovar, expedir e mandar publicar o acórdão apresentado pelo Relator;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**

(grifos nossos)

15. O último pedido de dilação de prazo, segundo a Instrução, foi *“intempestivamente protocolado em 21/07/2016 (fl. 757)”*, restando a diligência objeto da Decisão nº 1136/2016 descumprida desde 22/08/2016.

16. A Corte julgou improcedentes as justificativas apresentadas pelo Administrador Regional e determinou a aplicação de multa (Decisão nº 1136/2016), devido ao reiterado descumprimento das deliberações. Irresignado, o senhor José Messias de Souza interpôs Pedido de Reexame, fls. 734/744.

17. Em análise ao Pedido de Reexame, por meio da Informação nº 162/2016-3ª DIACOMP (fls. 813/821), a Instrução sugeriu à Corte negar provimento, mantendo íntegros os termos da decisão guerreada. No mesmo sentido foi a manifestação do Ministério Público de Contas, por meio do Parecer nº 56/2017-DA (fls. 824/833), de lavra deste Procurador.

18. Assim também entendeu o eg. Conselheiro-Relator MÁRCIO MICHEL (e-DOC 297497C6), tendo a Corte decidido pelo provimento do Pedido de Reexame (Decisão nº 3073/17<sup>4</sup>).

19. Dessa forma, em 2017, arrasta-se a situação em que a RA I deixa de cumprir determinação reiterada pela Corte de Contas para regularização dos espaços públicos no Parque da Cidade.

20. Em verdade, não há resposta da RA I. Houve, oportunizado pela Corte, tempo suficiente para que vissem aos autos os documentos que comprovassem a **regularização dos espaços públicos distritais**, ou, no mínimo, os esclarecimentos a respeito.

21. Não há justificativas para tamanha inércia no cumprimento de decisões desta Casa (desde de 2012). Nem mesmo a alegação de estrutura insuficiente pode justificar tamanha torpeza. Contudo, pacificamente, agora, a RA I busca pelos processos físicos. Inadmissível!

22. Nesse sentido, o Ministério Público de Contas roga para que a Corte de Contas determine a identificação e a audiência de todos os Administradores que deixaram de dar efetivo cumprimento à determinação da Corte em análise, para que apresentem suas justificativas, a exceção do responsável antes nominado, que aguarda o Reexame das suas alegações.

23. De outra, conforme proposto pela Unidade Técnica, que o Tribunal reitere *“o comando do item III, alínea “a”, da Decisão nº 1.136/2016”*, alertando sobre a possibilidade de aplicação de sanção, tendo em vista recente nomeação do atual Administrador.

---

<sup>4</sup> *“II. dar provimento ao Pedido de Reexame apresentado pelo Sr. José Messias de Souza, tornando sem efeito os termos do item VI da Decisão nº 1.136/2016 e do Acórdão nº 125/2016;”*



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA

**Decisão nº 1.136/2016:**

**III – determinar à Administração Regional do Plano Piloto que, no prazo de 30 (trinta) dias:**

**b) dê fiel cumprimento a determinação contida no inciso III da Decisão nº 495/15, no sentido de que sejam apresentados circunstanciados esclarecimentos acerca dos fatos noticiados no Ofício nº 058/14- CF;**

24. Em resposta, a Jurisdicionada esclarece que, com vistas a regularizar a situação dos quiosques e trailers de toda a região administrativa da RA I, inclusive do Parque da Cidade, estruturou grupo de trabalho formado por servidores da Subsecretaria de Ordenamento das Cidades e servidores da RA I, para elaborar plano de ocupação do Plano Piloto.

25. À época, aguardava a publicação da portaria para que os trabalhos fossem iniciados, conforme os documentos às fls. 762/764. Por fim alude que, para a realização de licitação, é necessário um prévio levantamento sobre a situação individual dessas ocupações.

26. O Corpo Técnico consignou a seguinte análise (Informação nº 161/2017 - 3ª Diacomp), *litteris*:

“35. Relembra-se que a diligência em foco trata do Ofício nº 58/2014-CF, de 14/04/2014, na qual suscita dúvidas no fornecimento de licenças a permissionários do PDSK em detrimento do regular procedimento de licitação.

36. Ao compulsar o SINJ, período de 2016/2017, observa-se que há atos aprovando planos de ocupação de quiosques e trailers em alguns locais, como, por exemplo, no Setor Central da Região Administrativa do Gama e Região Administrativa do Setor Complementar de Indústria e Abastecimento. Porém, não se têm informações a respeito desse assunto voltado ao Plano Piloto, objeto destes autos. Também, constata-se que não houve publicação da portaria de criação do citado grupo de trabalho. Por outro lado, foi divulgada a aprovação do Plano de Uso e Ocupação para o Parque da Cidade pelo Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal (Conplan)<sup>8</sup>, fls. 851/853, todavia, não foram encontradas outras informações sobre o aludido Plano.

37. Na realidade, é admissível a dispensa de licitação daqueles permissionários que exerciam atividades econômicas em quiosques e trailers até o início da vigência da Lei nº 4.257/08, atendidos os requisitos previstos, consoante declaração em controle abstrato da constitucionalidade do TJDF no julgamento da ADI nº 2009.00.2.011901-8. Vejamos.

<sup>8</sup> “O Conplan é um conselho de primeira instância regido pela Secretaria de Gestão do Território e Habitação e presidido pelo governador de Brasília, Rodrigo Rollemberg. Uma vez por mês, o colegiado se reúne para avaliar projetos urbanísticos. Fonte: <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2016/07/19/entidades-sao-chamadas-para-eleicao-do-conselho-de-planejamento-territorial-e-urbano/>”



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**

38. *Em 3/12/2008, foi publicada a Lei nº 4.257/08, que estabeleceu critérios para a utilização das áreas públicas do Distrito Federal por quiosques e trailers para o exercício de atividade econômica. No seu artigo 28, foi determinado o seguinte:*

*Art. 28. Aqueles que exerçam atividades econômicas em quiosques e trailers até o início da vigência desta Lei podem, no prazo máximo de noventa dias, requerer ao Poder Executivo Permissão de Uso não qualificada, desde que o ocupante: (Artigo declarado inconstitucional: ADI - TJDFT nº 2009 00 2 011901-8.) [3]*

*I – esteja adimplente com as obrigações referentes ao preço público e aos demais encargos relativos à ocupação;*

*II – se permissionário, concessionário ou autorizatário de mais de uma área pública, opte por apenas uma delas;*

*III – não seja servidor público e empregado público ativo da Administração Pública Direta e Indireta federal, estadual, distrital ou municipal;*

*IV – não seja empresário, ou sócio de sociedade empresária ou de sociedade simples, salvo aqueles que exerçam suas atividades exclusivamente em quiosque ou trailer.*

*Parágrafo único. Fica assegurado aos antigos ocupantes de espaços públicos que já exerciam, comprovadamente, as atividades de que trata esta Lei e foram removidos em data posterior a 1º de janeiro de 2007 o direito a novas áreas em condições semelhantes àquelas objeto da remoção, exceto os removidos por abandono ou por envolvimento em atividades ilegais. (Parágrafo declarado inconstitucional: ADI - TJDFT nº 2009 00 2 011901-8.)*

39. *Esse dispositivo buscava assegurar, sem licitação, aos antigos ocupantes de espaços públicos que já exerciam essas atividades e foram removidos em determinadas situações.*

40. *Referido artigo foi considerado inconstitucional pelo TJDFT no julgamento da ADI nº 2009.00.2.011901-8, em 13/04/2010. Porém, optaram por promover a modulação dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade, com efeitos ex nunc, a fim de preservar situações consolidadas daqueles que já ocupavam aquelas áreas por longo período de tempo antes da Lei, em face do relevante interesse social que a questão encerrava. Abaixo segue transcrição do Acórdão da Ação Direta de Inconstitucionalidade em foco:*

*AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI DISTRITAL N.º 4.257, DE 2.12.2008. ART. 28 E PARÁGRAFO ÚNICO. OCUPAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS. QUIOSQUES E TRAILERS. DISPENSA DE LICITAÇÃO AOS QUE JÁ OCUPAVAM E FORAM REMOVIDOS. VÍCIO DE INCONSTITUCIONALIDADE MATERIAL. PROCEDÊNCIA. RELEVAN-TE INTERESSE SOCIAL. MODULAÇÃO DOS EFEITOS.*

*1. O parágrafo único do artigo 28 da Lei Distrital n.º 4.257, de 2 de dezembro de 2008, viola a Lei Orgânica do Distrito Federal e os princípios constitucionais da legalidade, da isonomia, da impessoalidade, da moralidade, da razoabilidade, da motivação e do interesse público.*



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**

2. O dispositivo apontado ao assegurar, sem licitação, aos antigos ocupantes de espaços públicos que já exerciam as atividades e foram removidos, o direito a novas áreas em condições semelhantes àquelas objeto da remoção encerra vício de inconstitucionalidade material.

3. Deve ser considerado o relevante interesse social que a questão encerra, uma vez que o dispositivo legal em comento assegura àqueles que já ocupam as áreas por longos anos, a permanecer no exercício da atividade econômica da qual retiram o seu lucro e, quiçá, sua própria subsistência.

4. Hipótese que enseja a aplicação da técnica da modulação dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade, a fim de preservar situações consolidadas, sob pena de violação ao princípio da dignidade da pessoa humana e em homenagem ao postulado da segurança jurídica.

5. Ação direta de inconstitucionalidade com pedido julgado procedente, com modulação dos efeitos, em relação ao art. 28 e seu parágrafo único da Lei nº 4.257/2008, com eficácia erga omnes e efeitos ex nunc.

(Acórdão n.427293, 20090020119018ADI, Relator: MARIO-ZAM BELMIRO CONSELHO ESPECIAL, Data de Julgamento: 13/04/2010, Publicado no DJE: 13/01/2014. Pág.: 41)

41. Em face dos efeitos ex nunc da ADI nº 2009.00.2.011901-8, s.m.j., entende-se que as situações já consolidadas até a publicação da Lei nº 4.257/08, atendidos os requisitos lá fixados, têm direito à permissão de uso não qualificada, dispensando-se a licitação. Assim, o procedimento licitatório deve ser exigido para os permissionários que não se enquadravam na aludida Lei e os futuros permissionários.

42. Em razão da modulação dos efeitos estabelecidos na referida Ação Direta de Inconstitucionalidade, conclui-se que foi cumprida a diligência em foco.

43. Por oportuno, a respeito do tema, em 03/09/2017, o Correio Braziliense difundiu a notícia de que, a fim de reduzir gastos e promover a melhoria de espaços públicos, o Governo do Distrito Federal estaria buscando parcerias com a iniciativa privada, sendo o Parque da Cidade Sarah Kubistchek um dos espaços escolhidos para essa mudança, fl. 854.

44. Ao consultar o site da Secretaria da Fazenda do Distrito Federal sobre as parcerias público-privadas, nota-se que uma delas se refere à publicação do Edital de Chamamento Público nº 005/2016, em 09/12/2016, fl. 855, tornando público o Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI 005-2016) para obtenção de estudos de modelagem técnica, econômica-financeira e jurídica para revitalização, modernização, manutenção e operação do Parque em comento. Foi prorrogado o prazo em trinta dias para entrega dos mencionados estudos a contar da data da publicação, em 08/09/2017, fl. 856. No Termo de Referência do mencionado Edital, Anexo V, estabelece-se, como uma das diretrizes gerais para o desenvolvimento da operação, o modelo jurídico e comercial de relacionamento com os atuais permissionários.

45. Uma eventual e futura parceria público-privada poderá estabelecer



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**

*um novo arranjo jurídico para os permissionários que exercem atividades econômicas em quiosques e trailers no PDSK.*

27. As condições necessárias para a concessão de permissão de uso não qualificada foram fincadas pela Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI nº 2009.00.2.011901-8, que julgou inconstitucionais os dispositivos impugnados (do art. 28 e seu parágrafo único, da Lei nº 4.257/2008), e modulou a eficácia *erga omnes* e efeitos *ex nunc*.

28. Notadamente, com as vênias de estilo, cabe dissentir da Instrução de que a definição trazida pela ADI suso tenha o condão de exaurir a diligência determinada no inciso III da Decisão nº 495/15, em que a Corte entendeu pertinentes e relevantes as dúvidas suscitadas pelo Ministério Público de Contas sobre o fornecimento de licenças a permissionários do PDSK em detrimento do regular procedimento de licitação, fatos noticiados no Ofício nº 058/14- CF.

29. De uma porque a Corte deliberou (Decisão nº 1136/2016, em que reitera o cumprimento do inciso III da Decisão nº 495/15) à luz da situação definida pela ADI em comento (data de Julgamento: 13/04/2010, publicado no DJE: 13/01/2014).

30. De duas, apesar de admissível a dispensa de licitação para aqueles permissionários que exerciam atividades econômicas em quiosques e trailers até o início da vigência da Lei nº 4.257/08, de fato, até hoje, inexistente qualquer explicação para a entrega das 13 licenças sem a ocorrência do procedimento licitatório.

31. Via de consequência, não houve a devida comprovação de que as licenças concedidas sem procedimentos licitatório alcançaram os detentores das condições estabelecidas na lei.

32. Notadamente, como será esposado adiante, é defeso que a diligência feita à RA I deveria ter sido dirigida, em verdade, à antiga Coordenadoria das Cidades/SEG, atualmente Secretaria de Estado das Cidades do Distrito Federal.

33. Há nos autos informações que demonstram a competência da antiga Coordenadoria das Cidades/SEG para a emissão do termo de permissão de uso e, posteriormente, a licença de funcionamento, por força do art. 17, inciso IV, do Decreto nº 30.090/09 e da Lei nº 4.457/09<sup>6</sup>.

34. Diante disso, o MPC pugna para que a Corte determine que a unidade competente, a Secretaria de Estado das Cidades do Distrito Federal, esclareça sobre o fornecimento de licenças a permissionários do PDSK em detrimento do regular procedimento de licitação, fatos noticiados no Ofício nº 058/14- CF (diligência determinada no inciso III da Decisão nº 495/15).

<sup>6</sup> O alvará de localização e funcionamento teve sua nomenclatura alterada para “licença de funcionamento”, de acordo com a extinta Lei nº 4.457/09.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**

**Decisão nº 1.136/2016:**

***IV – autorizar a audiência do responsável nominado no parágrafo 6º da Informação nº 125/2015 - 3ª DIACOMP (fls. 697/706) para apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias, razões de justificativa, em virtude do descumprimento reiterado de deliberação da Corte, ante a possibilidade de ser-lhe aplicada a penalidade prevista no § 1º do art. 57 da Lei Complementar nº 01/94***

35. Em atenção à determinação em tela, o então Administrador da RA I, o senhor Igor Tokarski, reiterou os termos do Ofício nº 223/2015-ASTEC/RA I, e esclarece que a competência para a emissão dos Termos de Permissão de Uso é da Coordenadoria das Cidades, cabendo à Administração Regional, em momento posterior, a emissão de Licença de Funcionamento.

36. Informa ainda que as Administrações Regionais não têm atos de polícia nem medidas fiscalizatórias, as quais cabem à AGEFIS. Além disso, esclarece que, logo que foi nomeado titular daquela Administração Regional, a administração do Parque da Cidade foi transferida para a Secretaria de Turismo, conforme Decreto nº 36.261/2015.

37. Em análise, a Informação registrou que:

*“10. O Ofício nº 223/2015-ASTEC/RA I foi encaminhado em resposta à Decisão nº 495/2015, mencionada pelo justificante, e examinado na Informação nº 125/2015, fls. 670/706. Naquela oportunidade, na citada Informação, entendeu-se que a Administração Regional do Plano Piloto deveria ter apresentado, mas não havia feito, esclarecimentos sobre matéria veiculada na imprensa acerca do fornecimento de licenças a permissionários do Parque da Cidade em detrimento do regular procedimento de licitação, objeto do Ofício nº 58/2014-CF (inciso III da Decisão nº 2145/2014).*

*11. O Parquet aquiesceu com ajustes, fls. 708/710. O Relator acolheu as manifestações, fls. 711/721. O Tribunal proferiu a Decisão nº 1136/2016, no sentido de audiência do mesmo Administrador em virtude de suposto descumprimento reiterado de deliberação da Corte, sob pena de multa.*

*12. Apesar de o referido Ofício suscitar supostas irregularidades no fornecimento de licenças a permissionários do PDSK pela Administração Regional em detrimento à realização de procedimento de licitação, é necessário interpretar o correto significado do problema.*

*13. Na verdade, quando se põe em discussão a falta de licitação desses atos administrativos, no caso as licenças a permissionários, o que se deve questionar previamente é como se originaram essas licenças. Para tanto, cumpre explicar o procedimento regular para emissão de licenças.*

*14. O interessado ocupante de área pública por mobiliário urbano do tipo quiosque ou trailer encaminha o requerimento e a documentação à Administração Regional e esta os envia à Secretaria de Estado das Cidades do Distrito Federal, antiga Coordenadoria das Cidades/SEG . Concluída a*



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**

*análise e saneada a documentação pela citada Coordenadoria, é emitido o termo de permissão de uso. Depois da edição desse termo, aí sim, é emitida a licença de funcionamento, por força do art. 17, inciso IV, do Decreto nº 30.090/09 e da Lei nº 4.457/09. Segundo consta do Sistema Integrado de Normas Jurídicas do DF – SINJ, referidas normas estão vigentes. No mesmo Sistema, não foram encontradas normas posteriores à aludida Lei e Decreto relativas a quiosques e trailers.*

15. *Assim, atualmente, o ato da emissão de termo de permissão é da competência da atual Secretaria de Estado das Cidades do Distrito Federal, e, como consequência dessa emissão, cabe à Administração Regional a emissão de licença de funcionamento.*

16. *Esse procedimento pode ser consultado nos artigos 5º ao 17 do Decreto nº 30.090/09 e a alteração da Coorsep para Secretaria de Estado das Cidades do Distrito Federal nos Decretos nºs 33.583/12, 36.344/15 e 37.625/16.*

17. *Conclui-se, então, que competia à antiga Coordenadoria das Cidades apresentar os esclarecimentos suscitados no Ofício nº 58/2014-CF, e não à Administração Regional, como erroneamente tinha sido direcionado o item III da Decisão nº 495/2015 e o item IV da Decisão nº 1.136/2016. Ademais, vale notar que o então Administrador, Igor Tokarski, apresentou esclarecimentos nesse sentido nessas duas oportunidades, quando instado na citada Decisão nº 495/2015, no Ofício nº 223/2015-ASTEC/RA I (fl. 670) e, agora, no Ofício nº 531/2016-GAB-ADJ/CACI e anexos, fls. 727/730.*

18. *Convém registrar que, por ocasião da Decisão nº 495/2015, em 03/05/2015, o Administrador Regional era o senhor Igor Tokarski, fl. 669, depois, quando da Decisão nº 1136/2016, em 15/03/2016, era o senhor Marcos Pacco Ribeiro Coelho Filho, fls. 724 e 757/761.*

19. *Considerando que o então Administrador, Igor Tokarski, encaminhou os esclarecimentos pertinentes em resposta à Decisão nº 495/2015 e, quando da Decisão nº 1.136/2016, já não era o titular da Administração, entende-se que não restou configurado o descumprimento reiterado de deliberação da Corte, devendo ser consideradas procedentes as razões de justificativa apresentadas.*

38. Acertada a análise do Corpo Técnico. De fato, o justificante em duas oportunidades informou que carecia competência ao Administrador Regional para emissão do termo de permissão.

39. Em decorrência disso, não há que se falar em descumprimento reiterado de deliberação da Corte. Dessa forma, o Ministério Público aquiesce à conclusão da Instrução, de que são procedentes as razões de justificativa apresentadas pelo senhor Igor Tokarski, em face do item IV, da Decisão nº 1.136/2016.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**

40. Em conclusão, a Informação sugere ao eg. Plenário:

*I - tomar conhecimento:*

*a) do Ofício nº 531/2016-GAB-ADJ/CACI e anexos, fls. 727/730;*

*b) do Ofício nº 835/2016 e anexos, fls. 757/812;*

*c) dos documentos às fls. 853/856;*

*II - considerar:*

*a) procedentes as razões de justificativa apresentadas pelo senhor Igor Tokarski, em cumprimento ao disposto no item IV, da Decisão nº 1.136/2016;*

*b) cumprida a diligência fixada no inciso III da Decisão nº 2.145/14 e ratificadas no inciso III da Decisão nº 495/15 e inciso III, alínea “b”, da Decisão nº 1.136/2016;*

*c) parcialmente cumprida a diligência prescrita no item III, alínea “a”, da Decisão nº 1.136/2016;*

*III - em consequência do item II, alínea “c”, determinar à Administração Regional de Brasília – RA I – que, no prazo de 30 (trinta) dias:*

*a) adote as medidas necessárias com vistas à regularização dos espaços públicos distritais elencados na Tabela constante do parágrafo 30 desta Informação, consoante o item IV, da Decisão nº 495/2015, ratificado no item III, alínea “a”, da Decisão nº 1.136/2016, alertando-a para a possibilidade de aplicação de penalidade prevista no art. 57, inciso VII, da Lei Complementar nº 01/94, no caso de descumprimento de deliberação da Corte;*

*b) dê ciência a este Tribunal, no mesmo prazo, acerca das medidas tomadas em relação ao item anterior;*

*IV - autorizar:*

*a) a remessa de cópia da presente Informação, dos futuros relatório/voto do Relator e decisão à jurisdição para subsidiar o atendimento do inciso anterior;*

*b) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento, para os devidos fins.*

41. Os autos vieram ao Ministério Público de Contas por força do Despacho Singular nº. 461/2017 - GCPT (e-DOC E1E66672), tendo em vista a natureza da matéria.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**

42. Quanto ao item III, letra “a” da Decisão nº 1.136/16, em análise, em que foi determinado à RA I que regularizasse os espaços públicos distritais elencados na Tabela constante do parágrafo 53 da Informação nº 172/2014 - 3ª DIACOMP, a análise anterior demonstra a falta de controle da Jurisdicionada.

43. Sequer foram localizados os processos físicos da maioria das cessões de próprios a particulares para desenvolvimento de atividades comerciais no Parque Dona Sarah Kubitschek – PDSK indicados nos autos [de 10 (dez) processos que tratam sobre a emissão de licença de funcionamento dos estabelecimentos, apenas 1 (um) foi localizado].

44. Mesmo diante de todas as dilações de prazos havidas, em que a Corte oportunizou à Jurisdicionada que adotasse as medidas determinadas, hoje busca-se, ainda, localizar os processos físicos. Em essência, os trabalhos do controle externo foram obstruídos, nesse ponto, posto restar ausentes nos autos os documentos que poderiam comprovar a **regularização dos espaços públicos distritais**, ou, no mínimo, os esclarecimentos a respeito.

45. Não há justificativas para tamanha inércia. A determinação não é nova, figurando nas decisões da Corte desde de 2012. Injustificável tamanha torpeza. Contudo, **pacificamente**, agora, a RA I busca pelos processos físicos.

46. No que se refere à letra “b” do mesmo item III, para que a fossem apresentados circunstanciados esclarecimentos acerca dos fatos noticiados no Ofício nº 058/14- CF, pelos motivos antes demonstrados, o Ministério Público entende que a Corte possa considerar a diligência prejudicada, mas ainda carente de resposta.

47. De fato, até hoje, inexistente qualquer explicação para a entrega das 13 licenças sem a ocorrência do procedimento licitatório. Via de consequência, não houve a devida comprovação de que as licenças concedidas sem procedimentos licitatório alcançaram os detentores das condições estabelecidas na lei.

48. Em consonância com a análise levada a efeito nos itens avaliados, em acréscimo às sugestões do Corpo Técnico, o Ministério Público de Contas **aquiesce parcialmente** às propostas do Corpo Instrutivo e, com a devida renumeração do item IV para VI, sugere ao eg. Plenário:

*II - considerar:*

*b) prejudicada a diligência fixada no inciso III da Decisão nº 2.145/14 e ratificadas no inciso III da Decisão nº 495/15 e inciso III, alínea “b”, da Decisão nº 1.136/2016;*

*IV - em consequência do item II, alínea “c”, determinar a identificação e a audiência dos responsáveis, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentem suas razões de justificativa pelo descumprimento da determinação contida no item IV da Decisão nº 495/15, reiterada pelo item III, alínea “a”, da Decisão nº 1136/2016, alertando para a possibilidade de aplicação da multa prevista no § 1º do*



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**

*artigo 57 da Lei Complementar no 1/1994, c/c o inciso IV do artigo 272 do RI/TCDF;*

*V – determinar à Secretaria de Estado das Cidades do Distrito Federal que, no prazo de 30 (trinta) dias, dê fiel cumprimento a determinação contida no inciso III da Decisão nº 495/15, no sentido de que sejam apresentados circunstanciados esclarecimentos acerca dos fatos noticiados no Ofício nº 058/14-CF;*

É o parecer.

Brasília, 08 de novembro de 2017.

**DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE**  
**Procurador em Substituição**